



O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS “NÃO DOCENTES”: ENSAIO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL-PR

THE WORK OF “NON-TEACHING” PROFESSIONALS: TESTING ON
DEVALUATION IN PUBLIC BASIC EDUCATION IN JANDAIA DO SUL-PR

Éderson Dias de Oliveira¹
Sheila Fabiana de Quadros²
Émerson Dias De Oliveira³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo discutir o papel dos funcionários de escolas e CMEIs públicas no município de Jandaia do Sul/PR, assim como suas possibilidades e desafios no desempenho das atividades profissionais. Como recorte de análise foram considerados os profissionais “não docentes” nas funções de serviços gerais; cozinha e apoio em geral. Ponderamos essa temática insuficientemente explorada pelos estudos acadêmicos, sendo que a história de um amplo contingente de profissionais ligados à rotina escolar ao longo do tempo, tem sido pouco conhecida. Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa envolveu um levantamento bibliográfico. Por fim, desenvolvemos uma pesquisa de campo com 16 funcionárias dos estabelecimentos de ensino municipais, considerando o recorte temporal de julho de 2020. Em linhas gerais, o presente trabalho permitiu conhecer um pouco mais da realidade dos funcionários da rede municipal de educação de Jandaia do Sul, sendo possível analisar e refletir sobre suas condições funcionais de carreira e valorização profissional.

Palavras-chave: Profissionais da Educação Não-docentes. História da Educação. Funcionários de Escolas. Valorização Profissional.

ABSTRACT: This study aims to discuss the role of employees of public schools and CMEIs in the city of Jandaia do Sul/PR, as well as their possibilities and challenges in the performance of professional activities. As part of the analysis, “non-teaching” professionals in general service functions were considered; kitchen and support in general. We consider this theme insufficiently explored by academic studies, and the history of a large number of professionals linked to the school routine over time has been little known. As for the methodological approach, the research involved a bibliographic survey. Finally, we carried out a field research with 16 employees of municipal education establishments, considering the time frame of July 2020. In general terms, this work allowed us to know a little more about the reality of employees of the municipal education network of Jandaia do South, making it possible to analyze and reflect on their functional career conditions and professional development.

Keywords: Non-teaching Education Professionals. History of Education. School staff. Professional Appreciation.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea nos evidencia muitas mudanças diante da atual conjuntura apresentada, e dentre essas constatamos as questões voltadas para a educação, as quais

¹ Éderson Dias de Oliveira, cooperativismopopular@hotmail.com

² Sheila Fabiana de Quadros, cooperativismopopular@hotmail.com

³ Émerson Dias De Oliveira, cooperativismopopular@hotmail.com



envolvem tanto aspectos de formação inicial como formação continuada, ingresso na carreira bem como das condições de permanência.

Dessa forma, o presente artigo tem como foco de análise as condições de trabalho dos funcionários de escolas da Educação básica, que são inicialmente profissionais da educação em função “não docente”. Assim, os profissionais analisados nessa pesquisa são os que se encontram determinados pelo inciso III, Art. 61, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, ou seja, os “administrativos”, “apoios”, “serventes”, “serviços gerais” e outras denominações a depender da região brasileira, que na LDB aparecem com a preconização trabalhadores em educação.

Quanto ao alvo da pesquisa, se trata da precarização do trabalho da categoria com destaque para a desvalorização salarial, aos problemas que integram a ausência de plano de carreira e a pouca estabilidade no cargo. Há no Brasil milhares de funcionários de escolas na rede pública da Educação básica que se distribuem nas mais variadas funções de apoio pedagógico e ao processo de ensino-aprendizagem. Para uma criança que entra na escola, não há distinção entre profissionais docentes e não-docentes, sendo ambos integrantes do projeto educacional de um estabelecimento de ensino. Todavia, para Moraes (2009, p. 400):

[...] na divisão entre o trabalho intelectual e braçal, o segundo ficou por conta de um indivíduo menos prestigiado e, em geral, das camadas populares da sociedade. A reprodução do processo foi consagrada na constituição da categoria dos funcionários das escolas considerados “subalternos”, chamados de auxiliares ou de apoio, construindo relações submissas. Assim, esses trabalhadores foram contratados precariamente como servidores públicos ou por processo de terceirização, sempre com baixos salários.

Com isso, os funcionários de escolas em menor ou maior grau, por vezes não têm o seu papel de educador reconhecido por toda a comunidade escolar. Isso se reflete muitas das vezes numa escolaridade menor, em salários pouco atrativos e na falta de reconhecimento do seu trabalho levando a sua desvalorização.

Dessa forma, emerge a busca de um reconhecimento que implica em uma concepção de educador que supere os limites da sala de aula e ultrapasse o preconceito histórico que vê os trabalhadores não-docentes apenas como operários braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas. Para isso, “os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores” (BRASIL, 2004).

Dessa maneira, esses trabalhadores carecem, além de reconhecimento, condições de trabalho e de formação atrelada a sua atuação profissional. Nesse sentido, a presente pesquisa traz como objeto de estudo os profissionais “não docentes” (funcionários de escolas e CMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil nas funções de serviços gerais; cozinha e apoio em geral) na educação municipal de Jandaia do Sul/PR. Dessa forma, visamos discutir o papel dos funcionários de escolas e CMEIs públicas no município de Jandaia do Sul, bem como suas possibilidades e desafios no desempenho de suas atividades profissionais.

Diante da proposta do estudo, no presente trabalho optamos por uma pesquisa qualitativa e exploratória que possibilita a leitura da realidade. A pesquisa iniciou-se pela fase exploratória, que incide em uma caracterização do problema, do objeto, das teorias e do percurso metodológico. Não visa sanar de imediato o problema, mas caracterizá-lo por meio de uma visão geral, aproximada do objeto pesquisado.

Nesse sentido, essa pesquisa envolveu um levantamento bibliográfico, em busca de melhor compreender a realidade estudada. Para isso, utilizamos diversos autores da educação,



de políticas públicas, da sociologia e da filosofia, na busca de conhecer a estrutura de funcionários de escolas imposta no Brasil, seus paradigmas atuais e a herança histórica da profissão, sob o signo da desvalorização.

Num segundo momento realizamos uma pesquisa junto ao portal da transparência do município de Jandaia do Sul onde foi possível acessar várias informações sobre os funcionários de escolas e CMEIs.

Por fim, desenvolvemos uma pesquisa de campo com 16 funcionárias dos estabelecimentos de ensino municipais de Jandaia do Sul. Essa foi realizada de forma anônima e voluntária, não sendo direcionados os questionários. A forma de coleta de informações foi via formulário online, executadas no mês de julho de 2020, e subsidiaram a análise no terceiro momento desse texto.

CONTEXTO HISTÓRICO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS NO BRASIL

Contextualizando historicamente os funcionários das escolas segundo Nascimento (2006), os mesmos podem ser analisados em três períodos históricos: de 1549 a 1759, que se refere ao período jesuítico, onde os trabalhos eram realizados predominantemente pelos irmãos coadjutores; de 1759 a 1888 onde houve um grande emprego de escravos africanos, para o auxílio nas rotinas escolares; de 1889 até a atualidade, caracterizado pelo acesso ao serviço público via prática clientelística/patrimonialista e posteriormente pela luta por concursos públicos havendo a organização enquanto categoria, ainda que gradativamente.

Desta forma, os funcionários “não docentes” já estão presentes na construção e funcionamento da primeira escola do Brasil, sendo o Colégio dos Jesuítas de Salvador, em 1550 (RIBEIRO, 2010). Esses eram os “irmãos coadjutores” que trabalhavam em várias ocupações relacionadas ao processo de ensino. Essas funções eram realizadas de várias maneiras, tal como “cozinheiros, enfermeiros, sacristãos, horticultores, bibliotecários, vaqueiros, administradores de fazendas, pilotos de navio, construtores” (MONLEVADE, 2005, p. 44). Esse sistema de ensino com base religiosa tendo à frente os jesuítas, segundo Monlevade (2009) vigorou até 1759, com a expulsão dos mesmos do Brasil, levando a ruína desse sistema educacional que:

[...] comportava essa complementaridade entre o trabalho docente propriamente dito e o trabalho educativo mais amplo, sustentado pelos coadjutores, aos quais cabia também a infraestrutura material dos colégios e escolas. Dali por diante, o professor jesuíta foi substituído pelos sacerdotes diocesanos e de outras congregações ou por docentes leigos. Já os coadjutores não tiveram substitutos, a não ser os escravos, nas tarefas menos qualificadas. (MONLEVADE, 2009, p. 340-341)

Observando questões da historicidade, segundo Monlevade (2009) a partir de 1772, criaram-se as aulas régias nas salas de prédios públicos, em sacristias ou mesmo na casa dos docentes. Porém, segundo Nascimento (2006) em todos esses diferentes espaços era corriqueira a presença dos escravos domésticos não mais com funções “afins” ao pedagógico, mas de caráter de mero apoio material.

Para o autor, a ordem escravocrata também ruiu (Lei área 1888). Logo, chegaram os imigrantes europeus, e a adoção do assalariamento, juntamente com crescimento das cidades, e o advento da República. Com isso sai de cena o papel dos “escravos escolares”, porém, ainda permanece o caráter subalterno dos funcionários de escolas no Brasil.

Já em meados das décadas de 1910/1920, iniciam-se de forma mais concreta o amparo legal sobre o “pessoal administrativo” dos estabelecimentos de ensino, como uma nova



categoria funcional. Nesse período, segundo Monlevade (2009, p. 343) são publicadas as primeiras nomeações de trabalhadores tanto de apoio como de serviços administrativos. O acesso à essas funções se davam por “livre nomeação” ou via concursos públicos.

Já por volta de 1946 a 1986 há um aumento massivo de matrículas na educação básica pública, sendo que se nota a presença de duas figuras essenciais nesse cenário: as merendeiras e as “agentes de limpeza”. Para Monlevade (2009), no imaginário social, essas funções, não demandavam escolaridade/capacitação específica (era quase um prolongamento de funções domésticas femininas). Isso se dá também pelo contexto de patriarcado, em que toda mulher necessariamente precisava saber das questões domésticas para sua residência e além dela, como se fosse algo naturalizado enquanto trabalho essencialmente feminino.

Assim, observamos uma generalização de emprego “clientelístico” com baixas remunerações favorecendo que gestores públicos formassem “currais de emprego” desqualificado nas escolas. Trata-se de uma forma do gestor ter influência/domínio sobre determinados grupos de pessoas, uma vez que tinha o “poder” de colocar/retirar quem quisesse desses cargos públicos. Desse modo, se restabeleceu uma continuação histórica entre o trabalho escravo e os serviços de apoio escolar. Monlevade (2009) ainda salienta que à exceção da função de vigilância, predominou a feminilização dos trabalhadores em educação.

Nos anos posteriores, crescem as mobilizações dos trabalhadores por melhores salários com reivindicações e greves. Com a carta magna de 1988, os trabalhadores em educação passam a gozar do direito de sindicalização, o que acelerou a unificação dos sindicatos dos educadores. Por conseguinte, a partir de 1990, com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, há um processo de consolidação dessa categoria.

Para Oliveira (2017) até a década de 2000, eram considerados profissionais da educação somente os professores, sendo que os funcionários de escola não eram tidos como uma categoria profissional distinta no serviço público. Porém, depois de muitas lutas iniciam-se a proposição e a implantação de uma política de valorização dos trabalhadores em educação. Nesse sentido, cabe destacar a Resolução nº 5 de 2005 do CNE-Conselho Nacional de Educação, que inclui nos quadros da educação profissional a 21ª Área Profissional (área de Serviços de Apoio Escolar) que possibilita a oferta de cursos técnicos de nível médio profissionalizante para atuar na área da Educação.

Já em 2007 a Portaria Normativa nº 25 do Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profucionário. Porém, a maior conquista para funcionários de escolas veio após um longo período de lutas políticas, quando foi finalmente sancionado a Lei nº 12.014/2009 (BRASIL, 2009) que reconhece e define os profissionais da educação:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

(grifo nosso).

Segundo Oliveira (2017), em linhas gerais, essa lei possibilitou aos funcionários, o reconhecimento histórico de uma identidade funcional vinculada à educação escolar, distinguindo-os como trabalhadores em educação. Todavia, para Monlevade (2009) mesmo que tenha ocorrido uma grande transformação no que concerne a profissionalização dos funcionários



de escolas, esses ainda possuem grandes desafios a superarem. Entre eles cabe destacar a elaboração de planos de carreira unificados com os demais profissionais da educação das distintas esferas públicas, nos termos do art. 206 da Constituição federal.

Dessa maneira, é oportuno salientarmos que não basta a existência de prerrogativas legais sobre o reconhecimento de profissionais da Educação, mas sim, que as mesmas cumpram diante do quadro social e político que se desencadeiam nos mais diversos espaços culturalmente reconhecidos.

A IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Para Scapini (2014) atualmente, ao abordar o tema da invisibilidade no campo social observa-se que o mesmo adquire facetas pautadas principalmente no mundo do trabalho. Isso ocorre porque há um isolamento historicamente estabelecido entre os que exercem atividades colocadas como uma posição mais elevada e os que desempenham trabalhos tidos como desqualificados ou mão-de-obra barata. Isso sucede não meramente na esfera educacional, mas sim, nos mais diversos espaços em que os sujeitos sociais desempenham suas atividades laborativas de menor ou maior prestígio social.

Assim, a invisibilidade social é agravada com essa cruel distinção entre quem executa trabalhos “mais qualificados” daqueles com “menor especialização”. Isso leva a observação das discrepâncias nos aspectos da formação dos indivíduos atuantes nas instituições à “existência” de várias classes de pessoas/profissionais, aprofundando as diferenças sociais. Porém, quando consideramos a instituição escolar, essa deve superar o contexto social massivo atual que valoriza mais o “status quo”.

Para Morais (2009) os alunos por gerações acostumaram observar os funcionários de escolas apenas como auxiliares, varrendo, cozinhando, lavando, anotando, vigiando, sem participação no processo educativo. Trata-se de vestígios de uma lógica colonialista, onde suas funções estavam quase sempre pautadas ao plano da mão-de-obra barata e desqualificada. Nesse sentido, a escola precisa buscar a superação dos processos reprodutivos sociais baseados em classes, que resulta em inúmeras desigualdades.

Todavia, segundo Scapini (2014) quando consideramos essa reflexão para o profissional não-docente constata-se uma diferenciação no sentido de valorizar mais ou menos os profissionais que atuam no âmbito escolar. Em linhas gerais, culturalmente o professor se faz mais valorizado, sendo posto em muitos casos como o elemento chave do processo educativo.

Como profissionais “não docentes”, os funcionários têm sido muitas vezes “esquecidos” do seu importante papel enquanto profissionais partícipes da educação pública no Brasil. Na maior parte da história da nossa educação, observou-se uma secundarização da capacitação, formação e valorização do profissional da educação não docente. Essa categoria, embora sempre presente nos espaços escolares, esteve por muito tempo esquecida, sem identidade própria e políticas públicas que os identificasse, uma vez que as funções que desempenhavam eram compreendidas como apoio pedagógico e não como parte integrante do processo educativo dos discentes. O próprio MEC salienta que a:

[...] desvalorização dos trabalhadores em educação, no seu todo, é um processo histórico que se explica pela evolução da estrutura social do capitalismo na sociedade brasileira e pelas diferentes conjunturas vividas por esses trabalhadores. Essa desvalorização provocou, nas classes



trabalhadoras, reações de defesa de seus interesses e de reafirmação do seu valor profissional (BRASIL, 2006, p. 26).

Nesse sentido, é fundamental a superação dessas condicionantes que ainda está presente em muitas escolas do país. Brasil (2006) salienta essa problemática com os profissionais não-docentes, ao afirmar que:

[...] enquanto os professores se reúnem nas salas dos professores, os funcionários na maioria das vezes se juntam em “cantos”, geralmente da cantina. Não são reconhecidos, grande parte não possuem carreira, muito menos programas de formação, que lhes confira uma identidade e um perfil adequado às funções que exercem, a partir de um currículo sistemático que lhes ofereça formação inicial e continuada. Pode-se afirmar que não são reconhecidos pelas estruturas jurídico administrativas legais e, ainda, continuam em muitas localidades sendo tratados com denominações derivadas da cultura escravocrata, como é o caso da palavra “servente”, derivada de “servo”. Atributo usado para denominar as pessoas que cuidam do ambiente da escola, nos aspectos da limpeza e conservação (BRASIL, 2005, p. 08).

Dessa maneira, é urgente a escola rever a forma de organização do seu recurso humano. Uma das alternativas na superação desse problema é a valorização via qualificação (profissionalização e formação inicial/continuada), dado que esses trabalhadores são tidos como com pouca formação teórica e técnica - tendo como exceção apenas o funcionário que atua em funções administrativas.

Enquanto política pública cabe lembrar que a profissionalização desses educadores, integra algumas das Metas do Plano Nacional de Educação em vigência do Brasil - PNE 2014-2024. Além da qualificação, é fundamental que todos pensem o processo educativo de maneira coletiva, conjunta, que leve ao reconhecimento das novas funções do funcionário escolar enquanto um educador não-docente. Ainda se tratando de políticas públicas, há algumas iniciativas do MEC e outras instâncias públicas de valorização dos trabalhadores em educação. Porém, há muitas discussões e caminhos a serem trilhados de forma a oferecer melhores condições para esses importantes atores da educação atuar.

Enfim, todas essas políticas são necessárias de forma a superar o problema da invisibilidade social, sendo esse um grande desafio ao profissional não-docente. Muitas vezes o não reconhecimento os coloca em segundo plano, porém vale lembrar que sua atividade é fundamental para o processo educativo. Nessa perspectiva, o reconhecimento/valorização dos funcionários de escolas, pode modificar as relações no interior do ambiente escolar, formando um profissional com mais autonomia e potencialidade de democratização da gestão com fins de superar o autoritarismo.

Atualmente, segundo Moraes (2007) a educação brasileira se estabeleceu em um novo paradigma onde o conhecimento está em um processo dinâmico (transformativo). Nesse, o profissional da educação deve contribuir para um ensino onde o aluno (a) aprende a aprender. São mudanças necessárias nas estruturas físicas e intelectuais da escola, visando cidadãos aptos a uma postura crítica e inovadora a fim de lidar com as transformações atuais. Assim, a escola pautada anteriormente no processo de ensino-aprendizagem com ações centradas na sala de aula, faz com que se repense o próprio professor. A escola agora (por meio de seus pares) passa por uma remodelação tornando-se um ambiente educativo, colaborativo e interativo, detentor de múltiplas tarefas ao integrar todos os profissionais da educação. Trata-



se da valorização de um novo processo de gestão escolar, que se traduz no envolvimento de todos os pares da instituição escolar.

A concepção de escola atualmente deve ser vista numa ótica democrática e inclusiva, considerando que todos os espaços são educativos. Isso leva a conceber que a aprendizagem também ocorre fora da sala de aula. Para Noronha (2010), é preciso entender que nos demais ambientes das escolas também se efetiva a interação entre os profissionais não-docentes e os estudantes, contribuindo no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido Monlevade (2005) salienta que os funcionários de escolas são elementos essenciais na construção da Educação básica, sendo que os mesmos integram o papel elementar que a escola básica tem na sociedade. Esses trabalhadores exercem função educativa e de gestão junto à comunidade escolar fundamental, sendo cruciais na gestão burocrática da escola, na manutenção predial além de outras funções importantes na formação dos discentes.

Essa premissa é fundamental, dado que todos os ambientes da escola, além da sala de aula, são importantes espaços educativos. Com isso, é necessário considerar todos os integrantes da escola como protagonistas do processo educativo, sendo importante a construção de um trabalho coletivo, comprometido com a qualidade da educação (BRASIL, 2004).

Mesmo que as funções cumpridas por esse segmento, não sejam exclusivas na educação formal dos discentes, os profissionais destas áreas exercem importante papel educativo em toda a comunidade escolar. Os mesmos são responsáveis pelos laboratórios, bibliotecas, secretarias, conservação, organização e limpeza dos espaços escolares.

Os funcionários não-docentes, além das atividades referentes de apoio ao processo educativo, lhes são conferidas novas tarefas. Esses profissionais participam (ou deveriam participar) do Conselho escolar, devendo ser reconhecidos como protagonistas do processo educativo (BRASIL, 2004). Para tanto, é preciso superar o senso comum de considerar como educador somente o profissional da sala de aula. Assim, é fundamental suplantar o preconceito histórico que vê os funcionários não-docentes somente como operários braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas.

Como observado, o processo de ensino e aprendizado ocorre em todos os ambientes escolares, sendo que esse se efetiva com múltiplas tarefas, confiado não somente aos docentes. Porém, nem sempre todos os profissionais envolvidos no processo se dão conta ou estão preparados para assumir esse papel. Para Moraes (2009) os funcionários antes identificados por nomenclaturas diversas (serviçais, servidores, auxiliares) dado serem meros cumpridores de tarefas, são convocados agora, para uma nova missão, em face das mudanças por que passam a escola e a sociedade.

Deste modo, o papel de “educador” é expandido dado que o mesmo deve ter presença permanente em todo o ambiente escolar, uma vez que todos que tem contato com os alunos são educadores. O funcionário tem duas funções cruciais no processo de ensino-aprendizagem, de um lado tem um papel técnico ao preparar a base sobre a qual se desenvolve os trabalhos dos demais profissionais e, por outro lado, ele assume a função de educador. Precisamente, podemos dizer que todos que se envolvem de qualquer forma com o processo de educação escolar são atores de suas vidas junto às vivências dos alunos em tela.

Nesse cenário, merendeiras precisam, também, cuidar da educação alimentar, bibliotecários, ajudar na construção do hábito da leitura e da educação literária, secretários devem colaborar com o processo avaliativo do ensino e da aprendizagem, configurando-se a instituição de novas identidades funcionais. (BRASIL, 2004, p. 16).



Nesse sentido, quanto às atribuições formais do funcionário, essas já são previstas na contratação dos mesmos, onde se definem exigências de escolaridade, experiências e habilidades específicas. Deste jeito, nas tarefas formais designadas, há pouca dificuldade em saber o momento e os espaços em que se deve atuar. Porém, um desafio se mostra quando se considera as atribuições do funcionário que vão além das especificidades formais – sua atuação enquanto educador.

Todavia, ao funcionário consciente de seu duplo papel, sua função de educador ocorre em quase todos os momentos. Os estudantes estão espalhados na escola, durante as aulas e nos intervalos, carecem de cuidados, atenção e apoio da comunidade escolar. Não se trata aqui de uma demanda de “ensino formal”, mas, sim, da que diz respeito aos valores, às atitudes e aos comportamentos, do contato diário dos funcionários com os alunos. Para Moraes (2009), os funcionários possuem uma importante contribuição à formação educacional dos alunos, compondo os modelos mais próximos para as relações estabelecidas cotidianamente:

A merendeira auxilia na ordem e disciplina, enquanto oferece o lanche; o porteiro oferece limites para aqueles que chegam atrasados, oferece exemplos de como recepcionar as mais diversas pessoas com as mais variadas necessidades, inclusive as do próprio aluno e de seus familiares; o agente de conservação e limpeza, muitas vezes, tem a função de observar e orientar as crianças na hora do recreio; o auxiliar administrativo (ou outra função desta natureza) é exemplo de como prestar informações - e assim por diante. (MORAES, 2009, p. 403).

Dessa forma, salientamos que independente das funções que cada um exerça diante da instituição escolar, é importante que a consideremos como uma instituição que recebe demandas diferentes de alunos e de funcionários, havendo necessidade de valorizar o papel desempenhado por cada um desses na construção de um trabalho de qualidade e responsável, pautado na criticidade e construção de uma sociedade melhor.

O TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFISSIONAIS NÃO-DOCENTES

Conforme vimos observando ao longo do trabalho nesse texto, a discussão sobre a importância dos profissionais não-docentes é de suma importância no meio educacional, sendo pertinente abordar essa temática pelas condições em que as mesmas se apresentam diante da realidade vivida em cada contexto. Dessa maneira, foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram elencados elementos, tanto de dados obtidos pelo Portal da transparência quanto pelos questionários realizados junto a servidores que atuam em toda rede municipal de educação de Jandaia do Sul.

No que se refere aos estabelecimentos de ensino, esses são compreendidos por cinco CMEIs e cinco escolas municipais, totalizando dez instituições de origem público municipal. Nesse sentido, foi inicialmente apresentado dados do portal da transparência do município de Jandaia do Sul.

Quanto aos levantamentos dos dados oficiais disponibilizados pelo portal da transparência, foram considerados os referentes ao mês de junho de 2020. Após fazer os filtros necessários quanto à relação de servidores públicos municipais, foi encontrado um total de 57 pessoas prestando serviços nas instituições de ensino municipais de Jandaia do Sul. Desse total, apenas um servidor é do sexo masculino, o que leva a cerca de 98% dos funcionários de escolas serem do sexo feminino. Cabe também destacar que desse total de servidores, na data do levantamento 11 estavam em licença ou afastamento de suas funções.



Os dados da Figura 01 apresentam o total de servidores lotados nos estabelecimentos de ensino municipal de Jandaia do Sul. Pelo esboço apresentado no gráfico fica evidente que não há uma identidade enquanto categoria funcional desses funcionários.

São servidores com as mais variadas nomenclaturas lotadas em estabelecimentos de ensino. Cabe destacar a presença de 4 margaridas (profissionais com função de varrição de ruas e praças) que, dada suas atribuições não são específicas para trabalhar em estabelecimentos de ensino (Figura 01). Como notado, não há uma categoria/classe específica para trabalhar em escolas, sendo que servidores de concursos com especificações diversas são lotados nos estabelecimentos de ensino. Isso favorece para a falta de uma identidade funcional e pouca capacidade de mobilização para garantir uma melhora das suas condições profissionais. Trata-se de uma forma da organização desses profissionais que vem em desacordo com a histórica luta dos funcionários de escolas em nível nacional pelo seu reconhecimento enquanto profissionais da educação.

Nesse quesito, cabe destacar que além de não haver carreira consolidada para os funcionários de escolas, não há muito menos plano de carreira para esse público, o que favorece para a baixa remuneração e a conseqüente insatisfação diante das poucas perspectivas de melhora salarial. Isso reforça o que já foi discutido por Monlevade (2009) ao salientar sobre os grandes desafios que os profissionais não docentes tem para superar no quesito de valorização profissional.

Ao computar a média salarial dos 57 servidores que atuam nos estabelecimentos de ensino, foi encontrado uma média de salário base em R\$ 1.123,53, variando de R\$ 1.283,56 (há exceção de apenas uma servidora com salário de R\$ 1.421,31) a R\$ 1.078,11. Do total de funcionários, há 12 servidoras que já tem mais de 20 anos de concurso, o que denota o pouco reconhecimento dado a essas profissionais, uma vez que não há uma política de valorização salarial. Essas condições podem levar ao desestímulo e pouca produtividade do trabalho dado a sua desvalorização.

Além da busca de dados no site oficial, realizamos uma pesquisa de campo, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, aplicado junto a 16 funcionárias de escolas (28% do total do município) que atuam na rede municipal de educação. No presente levantamento formulamos algumas perguntas, buscando perceber de maneira geral as condições profissionais dessa categoria, tão importante para o desenvolvimento da educação.

Quanto à escolaridade, do total das respostas 7 funcionárias (43,8%) possuem pelo menos o Ensino Médio completo. Já 6 funcionárias (37,5%) estão além do Ensino Médio (acadêmica; Graduação ou Pós Graduação) (Figura 02). Esses dados demonstram que ainda que haja pouca valorização profissional dessa categoria, a mesma possui uma significativa escolaridade, considerando que para o ingresso nesses cargos é exigido no mínimo o Ensino Fundamental.

Outro dado apurado na pesquisa foi com relação ao tempo de trabalho dos servidores nos estabelecimentos de ensino público. Por meio desse dado, podemos ter um panorama de quanto tempo em média os funcionários atuam em escolas. Pelas informações apurados, pode-se observar que 9 funcionárias (51,3%), já atuam a mais de 10 anos nas escolas. Pelos dados do Portal da Transparência, considerando o ingresso na carreira, do total de funcionários de escola, 33 (57,9%), já estão a mais de 11 anos no serviço público. Esses números corroboram na pouca valorização na carreira, dado a média salarial de quem ingressa no serviço público ser próximo dos funcionários que já há décadas no mesmo.

No que se refere à idade das funcionárias pesquisadas, houve três classes de respostas sendo 6 funcionárias com 25 a 35 anos; 5 funcionárias com 36 a 50 anos e 5 funcionárias com



51 a 60 anos. Esses dados evidenciam que na média essas funcionárias não estão em início de carreira, no quesito idade. Trata-se de um fator a ser levado em consideração pelo poder público de forma a dar condições delas terem melhores perspectivas profissionais nos seus atuais empregos.

Quanto ao reconhecimento dos funcionários (pergunta direcionada) de escolas/CMEIs como educadores, 81,3% das pesquisadas (13 pessoas), responderam que no exercício de suas funções se reconhecem como realizando uma ação educativa. Isso é fundamental para a valorização dessa classe funcional e a busca por melhores condições profissionais. Nessa temática, entre as respostas delas cabe destacar: *“Todos nós que trabalhamos no Cmei ou escolas também somos educadores convivemos o dia todo com as crianças ensinamos elas comerem, brincar, cantar e respeitar ao próximo”*. Há nessa resposta algo fundamental para identificação dos funcionários de escolas, como profissionais “não docentes”, com papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, podemos observar que há evidentemente na resposta da participante um olhar de preocupação com a educação dele, visto que só o fato de citar a palavra “ensino”, subtendemos as questões focadas em contribuir com o conhecimento dos mesmos, independente qual seja. Quando ressalta o “respeitar o próximo”, estamos nos aproximando de um processo de ensino e de aprendizagem, ainda que não no espaço formal, tão necessário no atual contexto.

É importante refletir sobre as formas de articulação entre os profissionais não-docentes, no que se refere à compreensão deles em que educar não significa apenas transmitir saberes sistematizados em sala de aula, mas todas as formas em que as pessoas interagem, e assim, aprendem. Essa questão vem de encontro com a próxima pergunta do questionário que foi referente, a saber, se o funcionário de escola, se considerar ou não como um educador. Nessa questão 75% das respostas (total de 12 pessoas) responderam que sim, se consideram como educadoras. Dentro dos questionamentos sobre essa pergunta duas respostas discursivas chamaram a atenção:

“Mesmo fazendo a limpeza do Cmei conseguimos ensinar as crianças que a limpeza é fundamental como o estudo é fundamental para o crescimento profissional a limpeza é fundamental para a higiene pessoal um ambiente limpo faz toda a diferença”.

“Podemos ensinar as crianças a preservar e a cuidar da escola. Também como eles poder manter o seu ambiente organizado”.

Enfim, ainda que a identificação do funcionário de escola como educador, não seja consenso, vemos que há profissionais que possuem um bom senso do seu papel na educação, sendo crucial para a valorização e reconhecimento do papel dos funcionários de escola. O reconhecimento de sua identidade profissional é de extrema importância para que se inicie um processo de reconhecimento, que anteriormente, precisa ser visto pelo próprio grupo.

Já quando consideramos o conhecimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos estabelecimentos onde as pesquisadas atuam, 81,3% (13 funcionárias) afirmaram que não conhecem esse importante documento que integra a gestão escolar. Trata-se de um dado que evidencia a falta de representatividade e reconhecimento das atribuições e papel dessa importante classe funcional que integra a comunidade escolar. Assim, é fundamental suplantar o preconceito histórico que observa os funcionários não-docentes somente como operários braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas.

Outro questionamento realizado foi com relação à promoção de capacitação específica para o funcionário nos últimos dois anos. Nesse quesito, 62,5% das pesquisadas (10 pessoas) responderam que receberam formação específica. Essa capacitação aborda temas



principalmente ligados à higiene e manipulação de alimentos. Porém, há uma parcela significativa de pesquisadas (37,5%) que informaram não terem recebido formação específica nos últimos dois anos. Em linhas gerais, ainda que a maior parte das funcionárias destaque a participação em capacitação, essa deve ser universalizada. Para isso, os trabalhadores em educação, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores.

Outra questão abordada na coleta de dados foi à solicitação do ponto de vistas das mesmas sobre os problemas que afetam seu exercício profissional. Das respostas quanto a esse questionamento, 6 pessoas citaram de forma específica a questão salarial. Essa, conforme já apresentado pelos dados do Portal da transparência, mostra um salário médio de R\$ 1.123,53, porém com um agravante que é a impossibilidade de evolução salarial dado não haver plano de carreira, tal como uma profissional argumentou, "*sim, salário defasado é muito pouco, o salário mínimo para um chefe*". Aliás, a falta de valorização profissional e de plano de carreira foi outro fator apontado pelas funcionárias, o que tem favorecido um desestímulo da atuação profissional.

A resposta a seguir apresenta de forma resumida o sentimento dessa classe que carece de um olhar mais atento das políticas públicas:

"Gostaria que nossa classe de servente cozinheira, motorista fosse valorizada como eles valorizam os professores, pois a educação não é feita só de professores, pois todos nós fazemos a educação na educação precisa de cozinheira para fazer a comida, precisa de nós pra manter o ambiente limpo e dos motoristas para fazer o transporte das crianças e os professores para ensinar então somos uma equipe um precisa do outro então devemos ser tratados com o mesmo respeito não acham?"

Conforme a citação acima, ponderamos que há desvalorização profissional há muito tempo, o que implica numa preocupação por parte do desestímulo que terão esses trabalhadores da Educação, os quais não identificam sua identidade e reconhecimento, enquanto parte integrante da equipe das instituições escolares, confirmando as peculiaridades já elencadas na parte teórica desse trabalho de pesquisa. Ou seja, as questões levantadas se confirmam enquanto objeto de estudos desse trabalho, reafirmando a necessidade de promover a valorização dos profissionais não-docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado permitiu conhecer um pouco mais da realidade dos funcionários da rede municipal de educação de Jandaia do Sul, sendo possível analisar e refletir sobre suas condições funcionais de carreira e valorização profissional.

Dentro do contexto da sociedade atual, que tem na educação uma de suas bases primordiais, espera-se que tanto as políticas públicas bem como a ação de gestão democrática dentro dos estabelecimentos de ensino deem suporte visando valorizar a classe dos funcionários de escolas, de forma que os mesmos tenham sua identidade, reconhecimento e condições para progredir na carreira (que aliás não existe). Deve-se urgentemente priorizar ações que levem ao reconhecimento dos funcionários de escolas como profissionais da educação, em igualdade com os demais profissionais, pois o que observamos em muitas situações é como se os mesmo fossem uma "sub classe".



A valorização desses profissionais só tem a agregar tanto a esses profissionais como a todo o processo educativo, pois uma escola não se faz só com professores, mas com todo um conjunto de profissionais que integra a comunidade escolar. O cenário apresentado pelos dados coletados na pesquisa apontou uma realidade preocupante, onde os funcionários da educação carecem de valorização e profissionalização para o melhor desempenho de suas atividades.

Verificamos que não há uma identificação de categoria funcional dos funcionários de escolas. São servidores com as mais variadas nomenclaturas lotados em estabelecimentos de ensino. Dentre as questões abordamos um fato que chamou a atenção é que 81,3% das participantes da pesquisa afirmaram que não conhecem o PPP, o que denota a distância que esses profissionais estão da gestão democrática efetiva que valoriza igualmente todos os profissionais da escola. Porém, dentre os problemas apontados no questionário, um dos que mais foi pontuado, foi a questão salarial. Isso ocorre, pois não há carreira consolidada para os funcionários de escolas, nem plano de carreira para esse público, o que favorece para a baixa remuneração e a conseqüente insatisfação diante das poucas perspectivas de melhora salarial e do próprio estímulo à continuidade de seu processo de formação.

Desta forma, observamos que para haver uma mudança no quadro atual quanto as condições profissionais dos funcionários de escolas, há a necessidade que a gestão pública do município repense a gestão do principal recurso na educação, que trata das pessoas, sejam elas em qualquer função que ocupem. Como trabalhos futuros sugerimos a ampliação desta pesquisa de maneira a envolver também as escolas estaduais do município podendo fazer um contraponto de como estão com relação a gestão e valorização dos profissionais não docentes na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- MONLEVADE, J. A. C. **Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2ª ed. 92 f. 2005.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente** 13ª ed. São Paulo: Papyrus, 2007.
- MORAIS, J. V., A carreira e a gestão da escola - Valorização e democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, jul./dez. 2009 p. 399-412
- NASCIMENTO, F. C. F. Os funcionários da educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2006.
- NORONHA, M. I. A. **Diretrizes nacionais para os planos de carreira e remuneração dos profissionais não-docentes da educação escolar pública básica**. 2ª versão, texto para debate, março de 2010.



OLIVEIRA, E. J. Funcionários das escolas públicas: história, legislação e luta sindical. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 167 f. 2017

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21^a ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCAPINI, L. A. Educadores invisíveis: a ação educativa dos não-docentes na escola. **Dissertação** (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.